



Moneira Mraziz/Agência Senado

Entre Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, Renan Calheiros anuncia em Plenário o resultado do levantamento da FGV: ele agradeceu a integrantes da Mesa e a servidores pela meta atingida

Senado responde a 100% das demandas por informação

Estudo da Fundação Getúlio Vargas sobre transparência mostra que a Casa foi a única a atingir resultado entre os órgãos do Legislativo analisados

O presidente Renan Calheiros e vários senadores realçaram ontem em Plenário a importância do resultado obtido pelo Senado no levantamento da FGV. A pesquisa

também mostra que a Casa tem o menor tempo médio de atendimento dos pedidos — 15,8 dias, quase a metade do prazo legal permitido, de 30 dias. Entre as medidas apontadas como

responsáveis pelo bom desempenho, estão a criação da Secretaria da Transparência, a instalação de conselho para fiscalizar as ações e a implantação do Portal da Transparência. **3**

Projeto que muda meta de superávit causa polêmica

Para Renan Calheiros e Romero Jucá, ajuste desejado pelo governo é importante para o país e precisa ser aprovado rapidamente no Congresso.

Aécio Neves, porém, afirma que o governo não tem autoridade moral para pedir a alteração e anuncia possível ação na Justiça contra a mudança. **12**

Deputados vão analisar se as barras de proteção em veículos serão obrigatórias **7**

Presença de lactose poderá ser indicada nos rótulos

Vai à Câmara projeto de Paulo Bauer que obriga a indústria de alimentos a

indicar, nos rótulos dos produtos, a presença do açúcar do leite. **8**



Antonio Araújo / Câmara dos Deputados

Senador Vital do Rêgo, relator do projeto da LDO para 2015, fala durante a sessão da Comissão Mista de Orçamento

LDO receberá emendas até dia 20

O relatório preliminar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 foi aprovado ontem na Comissão de Or-

çamento. Até o dia 20, os parlamentares poderão apresentar emendas e, no dia 26, deverá ser entregue o relatório final. **12**

Texto cria benefício temporário para mulher agredida **4**

Proposta amplia fiscalização de obras públicas **9**

Plenário debate regra para terreno de marinha **11**

TCU recomenda paralisação de 4 obras

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem relatório do Tribunal de Contas da União apontando irregularidades graves em nove obras públicas que recebem recursos orçamentários do

governo federal. O documento — entregue pelo presidente do TCU, Augusto Nardes, e pelo relator, ministro Bruno Dantas — recomenda a paralisação de quatro obras e a retenção de recursos das outras cinco. **5**

Tômi Rêgo/ABr



Proposta foi motivada pelo alto índice de intolerância à lactose na população

Projeto muda regra de sanção a partido político

Segundo proposta, punição a agremiação com contas rejeitadas poderá ser aplicada no máximo 4 anos após apresentação dos balanços. Hoje, demora da Justiça faz partido ser punido por falha cometida muitos anos antes

A PUNIÇÃO AO partido que tiver as contas reprovadas poderá prescrever após quatro anos da entrega do balanço contábil. É o que estabelece o PLS 202/2014, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa.

A Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995) determina que partidos enviem à Justiça Eleitoral até 30 de abril o balanço contábil do ano anterior e, em ano eleitoral, balancetes durante os quatro meses anteriores e os dois meses posteriores ao pleito.

No entanto, não há prazo para que a Justiça Eleitoral faça o exame das contas. O autor do projeto, Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), quer fixar prazo para evitar que partidos tenham contas apreciadas até dez anos após da entrega dos balanços, como ocorre hoje.



Antonio Carlos Rodrigues, autor do projeto que altera Lei dos Partidos Políticos

Por essa morosidade da Justiça, diz ele, os partidos são surpreendidos com a suspensão do recebimento de verbas do fundo partidário — uma das punições para caso de irregularidade contábil —, enfrentando caos administrativo e organizacional e obrigando a responsabilização de diretores que não comandavam o partido à época dos fatos julgados.

Rodrigues propunha a prescrição das punições dois anos

após a entrega das contas, mas o relator na CCJ, Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou emenda aumentando esse prazo para quatro anos.

Dessa forma, quatro anos após a entrega da prestação de contas, mesmo havendo irregularidade, o partido estaria isento de sanção. A medida deve exigir da Justiça Eleitoral agilidade na apuração de irregularidades, justifica o autor.

Assédio moral poderá ser considerado improbidade

O assédio moral no serviço público poderá ser enquadrado como ato de improbidade administrativa. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem em segunda e definitiva votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Agora, a proposta deve seguir para a análise da Câmara dos Deputados.

O texto acolhido é um substitutivo de Pedro Taques (PDT-MT) à proposta original (PLS 121/2009) de Inácio Arruda (PCdoB-CE). Taques quer incluir a nova hipótese de conduta contrária ao serviço público na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992).

Arruda pretendia inserir essa conduta no rol de proibições estabelecidas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei 8.112/1990). O foco da intervenção foi deslocado, segundo justificou o relator, para contornar inconstitucionalidade na proposta.

“A iniciativa de projetos de lei referentes a servidores públicos e seu regime jurídico compete ao chefe do Poder Executivo respectivo e nem mesmo a sanção pode convalidar o vício de iniciativa e sanar a inconstitucionalidade formal de proposições que violem esse preceito”, argumenta Taques.

Uma decisão do Superior

Tribunal de Justiça (STJ) reconhecendo assédio moral de um ex-prefeito contra servidora como ato de improbidade incentivou Taques a recomendar o substitutivo. “O assédio moral é uma prática execrável, que deve ser extirpada das relações de subordinação empregatícia”, afirmou o senador.

A definição da conduta que constava do texto original foi mantida no substitutivo: coação moral por autoridade pública contra subordinado, por meio de atos ou expressões que afetem a dignidade, ou imposição de condições de trabalho humilhantes ou degradantes.

Aprovada urgência para projetos do Jovem Senador

Foram aprovados ontem dois requerimentos de urgência para a votação de projetos em Plenário. As duas propostas têm como tema a educação e foram elaboradas a partir de sugestões de participantes do Projeto Jovem Senador.

Um deles obriga os professores em exercício ou contratados para lecionar no ensino básico a comprovar qualificação. O outro determina que estudantes com baixo rendimento escolar sejam incluídos em plano de recuperação especial.

O PLS 185/2012 nasceu de uma sugestão feita em 2011 pela estudante baiana Adriele Souza. O texto foi aprovado na terça-feira pela Comissão de

Educação. O objetivo é modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para assegurar a comprovação de qualificação pelos professores.

Na justificativa do projeto, a comissão afirma que dados estatísticos indicam que o percentual de professores com formação considerada adequada elevou-se expressivamente depois de investimentos. No entanto, não encontram respaldo nos dados de matrícula dos cursos de formação de professores considerados de boa qualidade.

Na mesma sessão, foi aprovado também o requerimento de urgência para a votação do PLS 467/2012. O projeto determina que estudantes

com baixo rendimento escolar sejam incluídos em plano de recuperação especial. A ideia é da aluna Rafaela de Souza e Silva, que participou do Projeto Jovem Senador em 2011 representando o estado de Mato Grosso.

De acordo com o texto, os sistemas de ensino precisam identificar, até o final do primeiro bimestre letivo, os estudantes dos ensinos fundamental e médio com baixo rendimento ou baixa frequência para incluí-los em plano de recuperação. O plano prevê a ampliação do horário escolar, a visita de educadores ao ambiente familiar e, quando necessário, a assistência psicológica aos estudantes.

Miguel Rosseto fala sobre denúncias de fraude no Pronaf

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, fala hoje na Comissão de Agricultura (CRA) sobre denúncias de fraude no Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O ministro será ouvido em audiência pública com participação da procuradora-chefe do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, Fabíola Dörr Caloy, e do diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra, entre outras autoridades.

Ana Amélia (PP-RS) pediu a

audiência. Ela explicou que o Pronaf foi alvo de denúncias investigadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, com desvios de mais de R\$ 80 milhões só no RS.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h30

- ▶ **Alô Senado:** www.senado.leg.br/alosenado
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CRApronaf>
- ▶ **Facebook:** [alosenado](https://www.facebook.com/alosenado)
- ▶ **Twitter:** [@AloSenado](https://twitter.com/AloSenado)
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoAgricultura>

Douglas Cintra volta a cobrar investimentos em educação

Douglas Cintra (PTB-PE) destacou ontem que a educação deve estar no topo do debate da agenda nacional e está diretamente relacionada ao desenvolvimento do país. Para ele, o Brasil precisa promover, urgente, uma revolução em seu sistema educacional.

— A educação é uma fer-

ramenta fundamental para aumentar a produtividade do trabalho, sobretudo agora, que a tendência da nossa democracia consiste em reduzir proporcionalmente, a médio e a longo prazo, a oferta do trabalho. Essas metas têm que ser obstinadamente perseguidas nos três níveis federativos — afirmou.



Moreira Mariz/Agência Senado

CORREÇÃO

Diferentemente do que foi publicado na pág. 8 de ontem, o relator do projeto de pensão vitalícia para a atleta Lais Souza (PLC 81/2014) na Comissão de Educação (CE) foi Cyro Miranda (PSDB-GO). Eduardo Suplicy (PT-SP) foi relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores feitos no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Voto no exterior

14h Senadores discutem a PEC 5/2005, que concede ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

PRESIDÊNCIA Votações

16h Renan preside a ordem do dia.

CRA Pronaf

8h30 A Comissão de Agricultura debate denúncias de fraude no Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar. Segundo a Polícia Federal, desvios superam R\$ 80 milhões somente no Rio Grande do Sul. Entre os convidados, o diretor-geral da PF, Leandro Daiello.

FÓRUM Comunicação pública

9h O Fórum Brasil de Comunicação Pública 2014 vai discutir propostas para a área, visando fortalecer o sistema no Brasil.

MEDIDA PROVISÓRIA Farmácias

9h30 Comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP 653/2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.

CRE Embaixadores

10h A CRE examina 4 mensagens presidenciais para apreciação de embaixadores e um requerimento de audiência pública sobre desenvolvimento sustentável.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

FGV: Senado tem 100% de transparência

Levantamento da Fundação Getúlio Vargas mostra que a Casa foi a única a atingir o resultado entre os órgãos do Poder Legislativo pesquisados. Renan Calheiros comemorou a meta alcançada

O SENADO É a instituição pública com melhor desempenho entre os órgãos do Poder Legislativo analisados em estudo sobre transparência realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). De acordo com o levantamento, o Senado atendeu 100% das demandas originadas com base na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

A FGV pesquisou instrumentos de transparência de 138 órgãos públicos do Executivo, Judiciário e Legislativo nas três esferas de Poder — municipal, estadual e federal — nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e no Distrito Federal.

De acordo com o estudo, a Câmara dos Deputados respondeu a 81% das demandas, as assembleias legislativas, a 58%, e as câmaras de vereadores, a 56%.

A pesquisa revelou ainda que o Senado é o mais ágil ao responder aos pedidos de jornalistas e cidadãos, com tempo médio de 15,8 dias. O prazo determinado

pela lei é de 30 dias.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comemorou o resultado ontem em Plenário.

— Apenas o Senado, entre todas as instituições, respondeu a 100% do que lhe foi demandado — afirmou, referindo-se aos órgãos legislativos pesquisados.

Além do Congresso Nacional, no âmbito do Legislativo foram auditadas as assembleias dos três estados, a Câmara Legislativa do DF e as câmaras municipais das capitais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Renan Calheiros lembrou que uma de suas metas, desde que assumiu a Presidência da Casa, no início de 2013, era tornar o Senado a instituição referência em transparência. Ele destacou ainda como ações fundamentais para o bom desempenho da Casa a criação, em 2013, da Secretaria da Transparência e a instalação do Conselho de Transparência e Controle Social, no mesmo ano, para fiscalizar o atendimento



Fotos: Moneira Maniz/Agência Senado

Sessão de ontem foi marcada por manifestações de Renan e de vários outros senadores a respeito do estudo da FGV

Acesso à informação

O Senado lidera pesquisa de transparência como a única instituição entre os órgãos do Poder Legislativo avaliados a ter 100% das demandas de informações respondidas

	PEDIDOS RESPONDIDOS	MÉDIA DE DIAS PARA RESPOSTA
SENADO FEDERAL	100%	15,8
Câmara dos Deputados	81,82%	19
Assembleias estaduais	58,54%	26,5
Câmaras municipais	56%	31,3

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

das demandas por acesso à informação. O conselho conta com a participação de representantes da sociedade civil, como Claudio Weber Abramo, da Transparência Brasil, Jorge Abrahão, do Instituto Ethos, e Domingos Meirelles, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Ao lançar o Portal da Transparência, em maio de 2013, por exemplo, Renan anunciou a intenção de tornar o Senado “a instituição número 1 entre todos os entes da administração pública em transparência”.

— O Senado afinal chegou aonde queríamos e é eviden-

te a satisfação de todos nós. Agradeço esse resultado aos senadores, à Mesa Diretora e aos servidores que tornaram possível essa importante conquista. É também resultado da inclusão de todos os dados relativos ao Senado Federal no Portal da Transparência — disse ontem.

Senadores destacam medidas que contribuíram para resultado

O bom desempenho do Senado no estudo sobre transparência foi celebrado por vários senadores ontem em Plenário.

O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), destacou que esse é um dos principais avanços da atual gestão. Lamentou, porém, a forma como isso foi divulgado pelos meios de comunicação.

— A notícia divulgada foi a de que o Legislativo era o Poder com menor transparência, quando, na verdade, aquele que teve maior transparência e respondeu a 100% das solicitações de informação foi exatamente o Senado.

Para Sérgio Petecão (PSD-AC), “é gratificante saber que hoje esta Casa tem procurado trabalhar dentro da maior transparência possível, também resgatando a imagem do Parlamento”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou o presidente Renan Calheiros, o primeiro-secretário, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e a Mesa Diretora pela adoção de medidas para aumentar a transparência.

— Acho importante que



Eduardo Braga, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes e João Capiberibe estão entre os que elogiaram ações

tenhamos por norma a transparência em tempo real. É a melhor maneira de prevenir irregularidades — afirmou.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) salientou que a conquista “vai no rumo do pleno controle público sobre as atividades de uma Casa que, efetivamente, representa o povo”.

Por sua vez, João Capiberibe (PSB-AP), autor do projeto que originou a Lei da Transparência (Lei 131/2009), parabenizou a Mesa por ter implementado o conjunto de ações responsáveis pelo resultado.

— O Senado deu demonstrações, muitos anos atrás, de que queria abrir, para a sociedade, essa caixinha de surpresas que

é a gestão pública no Brasil, quando aprovou, em 2004, a Lei da Transparência. Em 2009, a Câmara decidiu aprová-la — lembrou.

Ele cobrou ainda que a mesma determinação do Senado seja aplicada pelos órgãos legislativos e tribunais de contas estaduais.

— Todos os gastos nossos, detalhados, estão na internet. Todas as verbas que consumimos no exercício do mandato estão lá, à disposição de todos os que quiserem saber como se usa o recurso público.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), as medidas adotadas aproximam o Senado da sociedade.

— O problema da corrupção é um cancro na sociedade,

é uma questão que tem que ser combatida diariamente. E a melhor forma é através da transparência, dando a possibilidade a todos de acessar dados sobre como o poder público manuseia e manipula esses recursos — afirmou.

Ela destacou também o tempo médio de resposta verificado pelo estudo da FGV, critério no qual o Senado também se saiu melhor que os demais órgãos pesquisados.

— São 15 dias, em média, para a resposta a um cidadão, enquanto o nosso Regimento determina que os ministérios, para responder a requerimentos de informação dos parlamentares, têm 30 dias, com prorrogação. Isso é o respeito não só à lei que o país tem,

Projeto prevê benefício a mulher agredida

Proposta, que agora vai para a Câmara, estabelece valor temporário a ser pago a mulheres vítimas de violência doméstica em situação de vulnerabilidade

MULHERES VÍTIMAS DE violência doméstica em situação de vulnerabilidade temporária podem conquistar direito a um benefício financeiro que deve sair dos cofres de estados e municípios. Um projeto com esse objetivo, de Humberto Costa (PT-PE), foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Como a decisão foi terminativa, a proposta (PLS 443/2011) irá agora para a Câmara, se não houver recurso para votação no Plenário do Senado. O texto altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas — Lei 8.742/1993).



A relatora do projeto aprovado, Ângela Portela, e o autor, Humberto Costa: medida modifica Lei Maria da Penha

Pelo projeto, o benefício não será inferior a seis meses. O valor deve ser estabelecido por estados e municípios nas

leis orçamentárias anuais, como prevê a Loas em relação aos benefícios eventuais em situações de vulnerabilidade

temporária e calamidade pública.

O texto também garante o acesso de mulheres vítimas de

violência a tratamentos como a contracepção de emergência, a profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

Humberto argumenta que em muitas situações a dependência econômica da mulher vítima de violência impede que ela se afaste do companheiro agressor. Com a alteração da legislação, o senador espera que a realidade da mulher em situação de violência também mude.

A relatora, Ângela Portela (PT-RR), apresentou voto favorável ao projeto, apenas com ajustes na redação.

Pessoa com deficiência pode ter direito a moradia

Foi aprovada ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) proposta que garante o direito a moradia às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida — que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representam 14,5% da população brasileira. O texto segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

De autoria de Ângela Portela (PT-RR), o projeto de lei (PLS 78/2011) modifica a Lei 7.853/1989, que trata dos direitos das pessoas com deficiência, para assegurar a elas o direito à moradia digna. Prevê, também, que sejam reservados a esse grupo 3% das unidades integrantes de programas habitacionais de interesse social, preferencialmente em andar térreo.

Na justificativa, a senadora argumenta que o princípio da igualdade material implica o tratamento desigual dos desiguais e, por isso, o legis-

lador deve assegurar eficácia às normas constitucionais que determinam a proteção especial das pessoas com deficiência.

A proposta também altera a Lei 10.098/2000, norma instituída para promover a acessibilidade. O objetivo é estabelecer prioridade para pessoas com deficiência nos procedimentos de distribuição e aquisição de apartamentos térreos localizados em conjuntos habitacionais.

O relator do projeto, Eduardo Suplicy (PT-SP), defendeu a aprovação do texto com as emendas acolhidas antes pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Foram feitas pequenas correções, como a troca do termo “apartamentos” por “unidades habitacionais térreas” e a atualização da expressão “portadores de deficiências”, constante dos dois diplomas legais, para “pessoas com deficiência”.

Indicado a tribunal militar deve ser sabatinado na CCJ

O almirante de esquadra Carlos Augusto de Sousa, indicado ao posto de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), deverá ser sabatinado na próxima semana na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ontem, Anibal Diniz (PT-AC) leu relatório referente à mensagem da Presidência da República que submete a indicação ao exame dos senadores. O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), concedeu vista coletiva, anunciando a sabatina

e a votação para a próxima semana.

Conforme o relatório, o indicado pertence aos quadros da Marinha há 42 anos, tendo ocupado diversos cargos, entre os quais a chefia de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa. Também foi chefe do Estado-Maior da Armada e coordenou a participação da Marinha na organização e realização da Copa de 2014. Sousa tem mestrado e doutorado em ciências náuticas pela Escola de Guerra Naval.

PGR rejeita acesso de CPI a delação premiada

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, é contra a CPI Mista da Petrobras ter acesso aos documentos do acordo de delação premiada do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. A comissão entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) no mês passado pedindo o compartilhamento do material. O relator do caso, ministro Luís Roberto Barroso, pediu o parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR).

O presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse que, por enquanto, prefere não comentar o parecer, mas declarou que já esperava um posicionamento contrário do procurador-geral:



Vital do Rêgo, presidente da CPI: “Temos de esperar decisão do ministro Barroso”

— Essa é a posição do Ministério Público. Até esperava que fosse acontecer, porque o MP comanda a delação. Temos agora que esperar a decisão do ministro Barroso. Ele é quem vai decidir e, agora que já tem a posição das

partes e do procurador, deve julgar o mais rápido possível — afirmou.

Ao rejeitar o pedido da CPI, Janot argumentou que neste momento “toda e qualquer exteriorização dos fatos que porventura sejam de interesse coletivo constantes no procedimento investigatório pode trazer sérios prejuízos para as investigações”.

O procurador deixa claro que “nem de longe” questiona a essencialidade dos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito. Aponta, porém, a dificuldade de controle dos sigilos dos fatos que estão sob apuração, “notadamente diante da característica da publicidade dos atos das CPIs”.

Janot acrescentou que o Ministério Público já está apurando os fatos noticiados. Parte da investigação é conduzida pela Justiça Federal em primeiro grau e outra, pelo Supremo Tribunal Federal. Assegura que há total controle de todas as questões de legalidade e constitucionalidade. Lembrou ainda que a Lei 12.850/2013 — que regula as delações premiadas — determina que o acesso aos documentos de acordos de colaboração é restrito àqueles que participam do processo.

Investigação do Senado não consegue quórum

A CPI exclusiva do Senado que investiga acusações de irregularidades na Petrobras não obteve quórum ontem para realizar reunião deliberativa.

Quatro senadores marcaram presença, mas eram necessários ao menos sete. A comissão não se reúne há quatro meses.

Sem a possibilidade de deliberar, o relator, José Pimentel (PT-CE), limitou-se a informar que vai definir os próximos depoimentos em breve.

Segundo ele, no plano de trabalho inicial da CPI, estavam previstas 50 convocações, e a comissão ouviu até agora somente 6 pessoas. Existem 25 requerimentos pendentes de votação:

— São requisições de

documentos para dar continuidade ao processo e decisivos para a elaboração do relatório — disse Pimentel.

O presidente da comissão parlamentar de inquérito, Vital do Rêgo (PMDB-PB), admitiu as dificuldades da CPI do Senado, mas lembrou que é possível o compartilhamento de informações com a CPI mista, que segue em funcionamento.

— A CPI do Senado tem dificuldades incomuns, pois só funciona com parte dos seus integrantes. A oposição boicotou, e eu respeito tal posição política, mas temos as mesmas necessidades regimentais de votação, porém com quórum pequeno, visto que só a base participa — afirmou.

Documento recebido por Renan Calheiros aponta nove obras com irregularidades graves e recomenda paralisação de quatro delas e retenção de recursos nas outras cinco

TCU entrega relatório de obras irregulares

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendando a paralisação de quatro obras que recebem recursos do governo federal. O presidente do TCU, Augusto Nardes, e o ministro Bruno Dantas, relator do documento com a consolidação das fiscalizações de 2014, o chamado Fiscobras, estiveram no Senado para entregar o documento.

— Eram 57% com irregularidades graves [de 102 fiscalizações]. Conseguimos diminuir para nove obras, sendo quatro para paralisação e cinco para retenção de recursos — explicou Nardes.

Entre as obras que devem ser paralisadas está a Vila Olímpica de Parnaíba (PI). Orçada em R\$ 200 milhões, ela deveria receber atletas da Copa do Mundo, realizada em junho, e das Olimpíadas de 2016. Na avaliação do tribunal, a obra não deve receber recursos do Orçamento da União no próximo ano por não ter estudo

de viabilidade econômica. Já foram liberados para o projeto, com pouco mais de 1% executado, quase R\$ 18 milhões. Parnaíba tem cerca de 150 mil habitantes, lembrou Dantas.

— OTCU tem se notabilizado em fazer auditorias logo no início das obras, caso desta, em que apenas 1% do projeto foi executado. Portanto, caso seja suspensa, paralisada, haverá grande economia para os cofres públicos — declarou.

Também houve a recomendação de paralisação de repasses para as obras da rodovia BR-448, no Rio Grande do Sul, que já tem 100% do projeto executado. Segundo o relator, foram identificados problemas, principalmente de superfaturamento. A obra já custou aos cofres públicos mais de R\$ 1 bilhão.

A construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, é outra em que foram detectadas irregularidades. Com 88% das obras realizadas, foi identificado superfaturamento decorrente de preço excessivo



Auditoria do tribunal identificou superfaturamento na Refinaria Abreu e Lima, que já está com 88% das obras prontas

frente ao mercado em serviços, insumos e encargos, com sobrepreço de pelo menos R\$ 200 milhões. Por isso, o tribunal recomenda que não ocorra repasse de recursos nesse montante nos próximos meses. Inicialmente orçada em pouco

mais de R\$ 2 bilhões, a obra já está custando R\$ 41 bilhões.

— Que sejam retidos esses valores para uma futura compensação naquilo que as empresas tenham que receber dos cofres públicos — acrescentou Dantas.

Questionado pela imprensa se o cidadão não é prejudicado com as paralisações das obras, Dantas ressaltou que o TCU tem priorizado a suspensão no início da construção. Abreu e Lima já tem mais de 80% de execução e, exatamente por isso, para não prejudicar a sociedade, não foi recomendada a parada, apenas a retenção dos valores considerados superfaturados.

— Abreu e Lima está com a proposta para não repassar recursos. Esperamos que agora Senado e Câmara possam tomar uma decisão para que a obra tenha uma transparência

maior. A decisão é do Senado e da Câmara, nós respeitamos, mas fizemos nossa parte — acrescentou Nardes.

Efetividade

O presidente do TCU também foi questionado sobre a real efetividade dos relatórios que detectam irregularidades nas obras financiadas com recursos públicos e que nem sempre têm a recomendação de paralisação considerada pelo Congresso. Segundo afirmou, em cinco anos, a fiscalização do TCU já conseguiu evitar o desperdício de cerca de R\$ 105 bilhões, o que considerou um grande ganho para a sociedade.

— Temos total interesse de que as obras continuem, não somos favoráveis à paralisação. Só tomamos essa medida em última circunstância para preservar o erário — lembrou.

Fazenda deve explicar contabilidade, diz Nardes

O governo federal deixa de contabilizar um passivo da ordem de R\$ 2,3 trilhões relativos a déficits atuariais da Previdência, a demandas judiciais contra a União e à depreciação de seus bens imóveis, advertiu ontem o presidente do TCU, Augusto Nardes. Ele fez a declaração ao entregar a Renan relatório sobre as obras públicas com irregularidades.

O montante foi identificado

na análise das contas do governo de 2013, julgadas este ano. Nardes mencionou a omissão desses passivos ao responder à imprensa sobre a chamada contabilidade criativa do governo, que tem permitido que as contas públicas sejam superavitárias.

— Não estão contabilizados R\$ 2,3 trilhões. Já alertamos o ministro da Fazenda, a presidente. Já alertamos que precisa ser contabilizado, que

é ruim para a imagem do Brasil — declarou o presidente do TCU.

Segundo Nardes, o ministro da Fazenda tem um prazo para explicar a não contabilização desses recursos.

— Se não for cumprido, poderá haver penalizações pelos gestores responsáveis no Ministério da Fazenda. Essa é uma forma de acabarmos com a contabilidade criativa — disse.

Aprovado repasse entre fundos para melhorar presídios

O repasse direto de 60% do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) aos fundos correspondentes mantidos por estados e pelo Distrito Federal foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O objetivo de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), autor do PLS 68/2014, é permitir a transferência “fundo a fundo”, o que, conforme o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), dará impulso às ações de melhoria dos estabelecimento prisionais.

Ferraço argumentou que a situação carcerária brasileira é crítica, com falta de vagas nas penitenciárias e péssimas condições de encarceramento. Para reverter esse quadro, estados e DF recorrem às verbas do Funpen, o que demanda a apresentação de projetos e



Senador Ricardo Ferraço é relator do projeto que permite repasse entre fundos

a assinatura de convênios — processo que Ferraço tenta eliminar.

Conforme a proposta, a partilha deverá seguir as regras do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ocorrer mensalmente, na proporção de 1/12 da dotação anual autorizada.

Um projeto que tramitava em conjunto, o PLS 73/2014, de

Paulo Davim (PV-RN), recebeu parecer pela rejeição. O texto previa o repasse aos estados de apenas 30% do Funpen.

Agora o projeto segue para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde Roberto Requião (PMDB-PR) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) disseram que farão sugestões de aperfeiçoamento da proposta.

Após obstrução, comissão mista adia análise de requerimentos

Em reunião secreta na tarde de ontem, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência não conseguiu votar requerimentos de convocação de autoridades e de audiência pública.

A reunião teve quórum para deliberação, mas uma obstrução do deputado Sibá Machado (PT-AC) impediu a votação dos textos que estavam na pauta. Uma nova data será definida pelo presidente da comissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Dois requerimentos do deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) pedem esclarecimentos de Wilson Trezza, diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e de José Elito Siqueira, ministro-chefe do Gabinete

de Segurança Institucional da Presidência da República, a respeito de um suposto convênio firmado entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o governo da Venezuela.

O terceiro requerimento, de autoria de Ricardo Ferraço, propõe audiência pública para debater os resultados da CPI da Espionagem, de 2013. A comissão foi instalada a partir de denúncias de espionagem norte-americana no Brasil, divulgadas por Edward Snowden, ex-funcionário da agência nacional de segurança dos Estados Unidos (NSA).

O deputado mostrou-se insatisfeito com o impedimento da votação dos requerimentos e prometeu retaliação na Comissão Mista de Orçamento.

Texto aprovado ontem na CCJ altera a lei que dá precedência ao pai sobre a mãe para registrar os filhos em cartório. Proposta voltará ao Plenário para nova análise

Projeto iguala direitos sobre registro de filhos

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem emenda apresentada em Plenário a proposta que permite à mãe registrar em cartório o nascimento do filho, em condições de igualdade com o pai. O voto favorável do relator, Humberto Costa (PT-PE), foi lido por Gleisi Hoffmann (PT-PR). O texto voltará à análise do Plenário.

Pela lei atual, o pai tem precedência para o registro do filho e apenas quando se omite ou está impedido de realizar o procedimento é que a mãe pode fazê-lo. O projeto (PLC 16/2013) pretende criar igualdade de direitos.

A proposição já havia sido aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e na própria CCJ, mas recebeu recurso para ir ao Plenário por causa de con-

trovérsias sobre a comprovação de paternidade da criança.

A emenda, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), diz que a mãe ou pai, isoladamente ou em conjunto, podem registrar o filho desde que observem o artigo 54 da Lei 12.662/2012. Esse dispositivo afirma que o nome do pai constante da Declaração de Nascimento Vivo é prova ou presunção de paternidade.

O senador ressalta que a paternidade continua submetida às mesmas regras, dependendo de presunção que decorre do casamento (artigo 1.597 do Código Civil), do reconhecimento realizado pelo próprio pai (artigo 1.609, inciso I, do Código Civil) ou de procedimento de averiguação feita pela mãe (artigo 2º da Lei 8.560/1992).



Senadora Gleisi Hoffmann defende na comissão relatório de Humberto Costa favorável à proposta

Comissão debaterá guarda compartilhada Estatuto das Famílias será discutido em audiências

Proposta de guarda compartilhada dos filhos será debatida na quinta-feira que vem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— Estamos propondo essa audiência pública para que nós possamos, de forma muito criteriosa, zelosa e, sobretudo, responsável, instruir nosso projeto — disse Jayme Campos (DEM-MT), relator do texto (PLC 117/2013).

O presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), assumiu o compromisso de colocar a proposta em votação em 26 de novembro. Paulo Paim (PT-RS) considera que a audiência será importante para debater o tema.

Devem ser convidados para o debate representantes da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos

da Infância e da Juventude (ABMP), da Associação de Pais e Mães Separados; do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), da 3ª Vara Especializada em Família e Sucessões de Várzea Grande (MT), da Associação Brasileira Criança Feliz (ABCF) e da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

A CAS aprovou requerimento de Gleisi Hoffmann (PT-PR) e de Eduardo Suplicy (PT-SP) para realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a fim de discutir a superação da pobreza e o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O debate deverá contar com a presença da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, além de outros convidados. A data da audiência ainda será marcada.

O exame do projeto que cria o Estatuto das Famílias foi suspenso ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Antes de retomar a análise, a comissão decidiu realizar audiências públicas para debater o conteúdo com a sociedade.

De autoria de Lídice da Mata (PSB-BA), o texto (PLS 470/2013) causa polêmica ao reconhecer a relação homoafetiva como entidade familiar e ao rever o instituto da união estável sem restringi-la à ligação formal entre um homem e uma mulher.

É também sugerida a regulação de direitos e deveres dos membros da família em qualquer modalidade, inclusive fora do casamento. A proposta incorpora novos arranjos familiares, a exemplo das famílias recompostas, fundadas em parentesco por afinidade, como

entre enteados e padrasto ou madrasta.

Inspirado em estudo do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), o texto revoga parte do Código Civil que trata do direito de família.

O relator, João Capiberibe (PSB-AP), apresentou parecer favorável à aprovação. Magno Malta (PR-ES) alegou, no entanto, ser necessário mais tempo para examinar o texto.

Lídice afirmou que não fará obstáculos ao debate, inclusive com quem faça restrições ao projeto por convicção religiosa ou outra razão. A senadora lembrou, porém, que o conceito de família não é imutável. Não fosse assim, observou, o país não teria adotado a Lei do Divórcio nem a igualdade plena entre filhos nascidos dentro e fora do casamento.



Jayme Campos propôs a audiência para embasar relatório sobre o projeto

Ângela ressalta impacto da gravidez na adolescência

Ângela Portela (PT-RR) manifestou preocupação com os índices de gravidez na adolescência



número de pessoas que mora na zona rural e a quantidade de povos indígenas que vive no estado, que

em Roraima, apesar da queda para 11,8% desse índice, em nível nacional, conforme registrou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Boa Vista tem o maior índice de gravidez na adolescência entre as capitais, com 16,9%. Já Roraima lidera o ranking entre os estados, com índice de 20,1%.

A senadora acredita que esses altos índices podem estar relacionados com o grande

têm como um dos traços culturais marcantes a gravidez de adolescentes.

— A gravidez na adolescência é mais um dos problemas sociais e até econômicos. A menina que engravida com 15, 16, 17 anos, interrompe os estudos e perde a oportunidade de se profissionalizar. Mesmo com explicações de ordem cultural, econômica, social e geográfica, como é o caso de Roraima — afirmou.

Paim convida para evento de valorização da infância

Paulo Paim (PT-RS) convidou todos a participarem da 7ª Semana de Valorização da Primeira In-



fância e Cultura de Paz, evento coordenado pelo Senado e que conta com o apoio da Universidade Federal Fluminense, da embaixada da França no Brasil e da Universidade de Paris.

Os encontros para discutir os assuntos relacionados à infância serão realizados nos dias 25, 26 e 27 deste mês, em Brasília, e no dia 28, no Rio de Janeiro.

— O tema central da semana este ano é a

neurociência e as ações na área da educação: como evoluem e que desafios encontram, tais como o autismo e o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade — informou.

Paim também sugeriu que o ministro da Saúde, Arthur Chioro, seja convidado pelo Senado para falar sobre o que as autoridades do país estão fazendo para preparar a população para eventual chegada do vírus ebola. Um surto na África Ocidental atingiu vários países e o vírus também já chegou à Espanha e aos Estados Unidos.

Casildo Maldaner: trânsito é tragédia banalizada

Casildo Maldaner (PMDB-SC) lamentou que o trânsito no Brasil, com 80 milhões de veículos, tenha



se transformado em uma tragédia banalizada.

Segundo ele, em 2013 foram registradas 171 mil internações pelo Sistema Único de Saúde, número superior ao total de 2012, 160 mil. Mas, ao mesmo tempo, as mortes no trânsito tiveram uma redução de 10% em relação a 2012.

Também no ano passado, 40 mil pessoas morreram vítimas de acidentes nas estradas. Esses índices coincidem

com o primeiro ano da Lei Seca mais rigorosa e da obrigatoriedade de itens de segurança na fabricação de carros, como o airbag e o freio ABS.

Casildo espera uma redução do número de mortes a partir do aumento do valor das multas para ultrapassagem em locais proibidos.

— Não há como negar que se trata de situação de calamidade pública. Na raiz do problema, as condições precárias de nossa malha rodoviária e a insuficiência de fiscalização — disse o senador.

Barra lateral em veículos pode ser obrigatória

A CCJ aprovou projeto que obriga a instalação de barras metálicas nas laterais dos carros. Elas reduzem o impacto em colisões laterais, protegendo motoristas e passageiros

FOI APROVADO ONTEM pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto que determina o uso de proteção lateral nos automóveis. O PLS 307/2008, do ex-senador Marconi Perillo, altera o artigo 105 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997) para incluir as barras laterais entre os itens de uso obrigatório dos veículos — como o cinto de segurança, o encosto de cabeça e o airbag duplo frontal, que, a partir de 2014, passaram a ser exigidos no país.

O texto foi aprovado terminativamente e irá à Câmara se não houver recurso para votação em Plenário.

O autor do texto afirma que as barras têm baixo custo e grande utilidade, pois reduzem o impacto em colisões laterais,

protegendo motoristas e passageiros. Montadas no interior das portas e das laterais dos automóveis, as barras são estruturas metálicas que protegem a carroceria na altura dos assentos.

O projeto teve parecer favorável do relator, Anibal Diniz (PT-AC). Ele avalia que a determinação aumentará consideravelmente a segurança dos veículos a um custo relativamente pequeno. Anibal propôs emenda, porém, para substituir a expressão “barras de proteção lateral” por “dispositivos de proteção contra impactos laterais”. A intenção, justifica, é permitir que outros mecanismos possam vir a ser empregados para aumentar a segurança nas colisões.



Reprodução/ Blog Ues Lovatans

Barras de metal podem aumentar a segurança com baixo custo, destacam autor e relator do projeto

Profissão de designer tem regulamentação aprovada

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, ontem, projeto que regulamenta a profissão de designer. O PLC 24/2013, do deputado Penna (PV-SP), determina que somente os titulares de curso superior, ou pessoas com experiência mínima de três anos até a data de publicação da lei, possam exercer a profissão de designer. Se não houver recurso para votação em Plenário, a proposta segue para a sanção presidencial.

A proposta proíbe a entrada no mercado de trabalho de pessoas sem qualificação para desenvolver atividades envolvendo desenhos industriais, pesquisa,

magistério, consultoria e assessoria conexas aos desenhos. Além disso, o fruto do trabalho do designer passa a ser protegido pela Lei dos Direitos Autorais.

Os diplomas de graduação considerados válidos serão os emitidos pelos cursos de comunicação visual, desenho industrial, programação visual, projeto de produto, design gráfico, design industrial, design de moda e design de produto reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Para o relator, Paulo Davim (PV-RN), a proposta representa um avanço nas relações entre capital e trabalho.

Projeto que muda jornada de aeronauta deve ir à Câmara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) confirmou ontem a aprovação em turno suplementar do substitutivo a um projeto que modifica a jornada de trabalho do aeronauta. O PLS 434/2011 havia sido aprovado em junho deste ano e, por ter decisão final na comissão, precisou passar pelo turno suplementar. Agora o texto vai à Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

De Blairo Maggi (PR-MT), o projeto foi relatado por Paulo Paim (PT-RS), que julgou ser necessário fazer modificações mais profundas na regulamentação da

profissão de aeronauta. O senador explicou que não se chegou a um consenso, mas pediu aos colegas que não façam recurso ao Plenário para que os ajustes sejam feitos na Câmara.

Pelo texto, o número de folgas mensais, por exemplo, sobe para 12. Atualmente, segundo a lei que regulamenta a profissão (Lei 7.183/1984), esses trabalhadores têm, no mínimo, oito folgas remuneradas por mês.

Nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro, considerados alta temporada, será permitido que as folgas mensais caiam para dez, conforme o texto aprovado.

Avança aposentadoria especial com uso de proteção

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que confirma o direito a aposentadoria especial aos trabalhadores que usem equipamento de proteção individual (EPI) em condições especiais de trabalho. Se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto vai à Câmara.

De Paulo Paim (PT-RS), o PLS 58/2014 garante que o fornecimento de EPI não descaracteriza as condições prejudiciais à saúde que justificam a aposentadoria especial. A controvérsia nasceu de uma iniciativa do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que, por meio de recurso extra-

ordinário no Supremo Tribunal Federal (STF), defende que fornecer EPI retira do trabalhador o direito de pleitear aposentadoria especial.

O STF já reconheceu a repercussão geral da questão e paralisou todos os processos judiciais que tratam do mesmo tema.

Atualmente, a aposentadoria especial é paga a quem trabalha por 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. O tempo de trabalho necessário para se aposentar diminuiu de acordo com a nocividade do agente a que o trabalhador foi exposto.

Jarbas quer proibir o uso de prédios públicos em campanhas à reeleição



Genildo Migeal/Agência Senado

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) apresentou projeto de lei proibindo o presidente da República e os governadores de usar a sede do governo ou a residência oficial para atos públicos ligados à disputa pela reeleição. A proibição valeria inclusive para entrevistas.

O senador disse que, durante o período eleitoral, a presidente Dilma Rousseff usou o Palácio da Alvorada para a campanha e entrevistas em que ela aparecia apenas na condição de candidata à reeleição.

— Tal realidade foi objeto, inclusive, da crítica da cidadania. Entretanto, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem rejeitado as ações que questionavam essas práticas, alegando inexistir uma previsão legal específica que a vedasse — afirmou.

Jarbas lamentou duas notícias divulgadas pela imprensa ontem sobre a corrupção na Petrobras e a reunião, na terça-feira, da CPI que investiga a estatal.

— É uma vergonha. Nos deixa envergonhado o comportamento do Senado e o comportamento da Presidência da República, que diz que quer apurar e manda o seu partido, o PT, ajudado pelo PMDB, pelo PP e outros, a desarticular a CPI. Tudo isso é muito vergonhoso — lamentou o senador.

País deve dar mais atenção às Forças Armadas, recomenda Fleury



Genildo Migeal/Agência Senado

Fleury (DEM-GO) afirmou em Plenário que o país deve dar mais atenção às Forças Armadas e que as autoridades devem pensar muito antes de promover qualquer corte nos recursos destinados aos projetos militares.

O parlamentar relatou que ele e outros senadores estiveram ontem no quartel-general do Comando do Exército, em Brasília, onde se encontraram com o general Enzo Martins Peri, que conversou sobre a situação das Forças Armadas.

— Seguro todo mundo precisa ter. O bom é não usar. A mesma coisa é o armamento para o país. Precisamos ter, o bom será não precisar usar. Precisamos ter armamento de alta qualidade — alertou o senador.

De acordo com Fleury, ele, Ruben Figueiró (PSDB-MS) e Ana Amélia (PP-RS) assistiram a um filme no quartel-general que expôs a situação atual dos equipamentos de guerra utilizados no país, sobretudo os de fabricação nacional. Segundo Fleury, o filme alertou também para a necessidade de evitar cortes nos orçamentos das Forças Armadas.

Enzo Peri atingiu o posto máximo da carreira, general de exército, em 2003 e é o comandante do Exército brasileiro desde 8 de março de 2007.

Odacir Soares defende novo critério para nomeações de ministros do STJ



Moreira Menezes/Agência Senado

Odacir Soares (PP-RO) defendeu o aumento do número de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a implantação de um critério de proporcionalidade regional nas nomeações. O STJ é integrado por 33 ministros. Um terço das vagas cabem a membros de tribunais regionais federais, um

terço a desembargadores dos tribunais de Justiça e um terço à advocacia e ao Ministério Público.

Segundo a sugestão do senador, a distribuição equitativa entre as regiões ocorreria nas vagas do STJ destinadas à magistratura. Isso, a seu ver, faria com que fosse contemplada a visão jurídica das diferentes regiões do país nos julgamentos e na uniformização da jurisprudência referente às leis federais.

Odacir lembrou que, desde a criação, o tribunal julgou mais de 4 milhões de processos.

— Num país continental como o nosso, onde as diferenças regionais são acentuadas, é natural que haja também divergência de pensamento entre os magistrados dos diversos tribunais. Por esse motivo, temas mais específicos para nós, de Rondônia e da Amazônia, como a questão indígena, por exemplo, serão vistas de forma diferente por um juiz de São Paulo e um juiz de Rio Branco — disse.

Projeto de Paulo Bauer foi aprovado em decisão final e deve seguir para análise da Câmara. Autor lembrou a elevada ocorrência de intolerância ao açúcar do leite na população

Rótulo pode ter de indicar presença de lactose

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto obrigando a indústria a indicar no rótulo das embalagens de alimentos se eles contêm lactose. O autor, senador Paulo Bauer (PSDB-SC), justificou a proposta indicando os resultados de diversos estudos que apontam a elevada ocorrência da intolerância à lactose no Brasil. O projeto segue para a Câmara, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

Bauer afirmou que essa condição é determinada geneticamente. “A incidência é muito baixa entre os brancos europeus (3%), medianamente elevada nos povos do norte da África, América Central, Índia e Oriente Médio (50%) e excessivamente elevada nos povos africanos, afro-caribenhos, sul-americanos e nas populações do leste e sudeste asiático (90%)”, observou ao justificar o projeto (PLS 260/2013).

Segundo Bauer, 50% da população brasileira, no mínimo, é afetada pela condição. Ele ressaltou, contudo, que essa é uma avaliação otimista, diante de estudos internacionais indi-

cando que 75% da população mundial sofre de intolerância à lactose.

O relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), fez duas emendas ao projeto. Uma delas determina que os rótulos informem apenas se o alimento contém a substância. A proposta original obrigava que a embalagem trouxesse a informação sobre o teor de lactose no produto. A outra emenda serviu para mudar a ementa do projeto.

Inicialmente contra a proposta, a senadora Ana Rita (PT-ES) apresentou voto em separado. Ela alegou que a

responsabilidade deve ser da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). No entanto, diante da argumentação dos demais senadores, que afirmaram ser o Senado competente para legislar sobre o tema, Ana Rita retirou o voto em separado e o projeto foi aprovado por unanimidade.

Cícero Lucena foi enfático ao defender o direito de o Congresso estabelecer normas sobre o tema e, inclusive, indicar as agências governamentais que serão responsáveis por acompanhar o cumprimento das regras. O senador criticou o trabalho da Anvisa.



Pelo menos 50% dos brasileiros têm problemas com a lactose, segundo o projeto

Advertência contra fenilalanina também deve se tornar obrigatória

Os rótulos de alimentos e as bulas de medicamentos podem passar a conter advertência sobre a presença de fenilalanina e outras substâncias contraindicadas.

A CAS aprovou ontem duas subemendas do senador Paulo Davim (PV-RN) às emendas feitas em Plenário sobre projeto que trata do assunto (PLC 107/2008). Davim é o relator do texto.

A fenilalanina é uma proteína presente em alimentos de origem vegetal e animal. Também é manipulada para compor remédios emagrecedores. Causa alteração na percepção cerebral em relação à fome, humor e memória e tem restrições de uso para grávidas, nutrízes, cardíacos e hipertensos.

O objetivo do projeto é informar o consumidor sobre

qualquer substância cujo consumo necessite ser controlado ou contraindicado, sobretudo aos portadores de deficiências do metabolismo ou de doenças específicas.

A proposta havia sido aprovada pela CAS, em outubro de 2009, e em primeiro turno de votação, em Plenário, no mês seguinte. Em fevereiro de 2011, o senador Humberto Costa (PT-PE) apresentou

duas emendas, que seguiram para a apreciação da comissão. Elas determinavam que a presença de fenilalanina seria apresentada em tabela elaborada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Davim ampliou a advertência para outras substâncias que também precisem de controle.

Agora o projeto voltará para nova análise dos senadores em Plenário.

Rejeitado fim de impostos sobre remédios de uso humano

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 115/2011, que proíbe a cobrança de impostos sobre medicamentos de uso humano, foi rejeitada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A matéria só será votada em Plenário se for apresentado recurso nesse sentido.

A PEC é uma iniciativa de Paulo Bauer (PSDB-SC) e contou com voto pela aprovação do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), na forma de substitutivo. No entanto, prevaleceu na CCJ a posição do governo, contrária à proposta.

Conforme argumentos apresentados por Gleisi Hoffmann (PT-PR), a redução de carga tributária prevista na PEC resultaria em impacto negativo sobre os orçamentos estaduais e municipais, pela redução de IPI nas localidades que sediam indústrias farmacêuticas ou por queda nos repasses dos



Autor da PEC, Paulo Bauer (D) debate a proposta com o relator, Luiz Henrique

Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

— Não sou contra a redução de tributos sobre medicamentos e não sou contra a redução do preço de medicamentos, mas não podemos solucionar o problema criando um problema maior — frisou a parlamentar.

Gleisi argumentou ainda que a forte concentração do setor de fármacos indica que uma

redução de tributos não resultaria em redução de preços.

Roberto Requião (PMDB-PR) concorda. Na opinião do parlamentar, o elevado preço dos medicamentos se deve ao monopólio assegurado pela lei de patentes.

— Apesar da boa intenção [da PEC], não vai mexer na formação de preço, que se deriva muito mais do monopólio do que da tributação. A indústria vai cobrar sempre o

valor mais alto que o mercado pode assumir — disse Requião.

Na opinião de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o preço elevado dos remédios se deve à alta carga tributária incidente sobre esses produtos, de aproximadamente 34%, contra uma média mundial em torno de 6%. Ele salientou que as isenções previstas na PEC beneficiariam especialmente a população de baixa renda.

Já Francisco Dornelles (PP-RJ) discordou da estratégia de prever imunidade tributária por meio de emenda à Constituição. Para ele, o correto seria propor isenção de impostos por lei complementar ou lei ordinária.

Mudanças

A PEC 115/2011 já havia sido aprovada pela CCJ em 2012 e aguardava votação pelo Plenário do Senado quando, em meados de 2013, Dornelles

solicitou o reexame do texto pela comissão. O motivo foi a entrada em vigor da Lei Complementar 143/2013, que reformulou a divisão dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.

Originalmente, Bauer pretendia instituir imunidade de impostos federais, estaduais e municipais sobre os medicamentos de uso humano. Mas, com o reexame da matéria pela CCJ, o autor decidiu modificar a PEC 115/2011 para alterar o alcance da isenção. A mudança foi encampada pelo relator, Luiz Henrique.

Pelo texto, as contribuições e os impostos federais — exceto o de importação — e as taxas cobradas por União, estados, Distrito Federal e municípios em razão do poder de polícia (taxas sanitárias, alvarás e licenças de funcionamento, entre outras) deixariam de incidir sobre os medicamentos.

Comissão aprova alertas contra crack em cartões telefônicos

Os cartões telefônicos, muito usados pelos consumidores de crack para cortar as pedras, poderão estampar alertas contra o uso dessa e de outras drogas. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 40/2014, que impõe a medida. Agora a matéria

segue para a apreciação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

De autoria do deputado Dr. Jorge Silva (Pros-ES), o projeto, que altera a Lei 9.472/1997, foi relatado na CAS pela senadora Ana Rita (PT-ES). A parlamentar afirmou que a proposta

é meritória e que apresenta grande potencial para atingir parcela enorme da população.

— Para ilustrar esse mérito, a justificativa do projeto original apresentado à Câmara dos Deputados lembra a expressiva capilaridade geográfica e a cobertura nacional do uso de aparelhos celulares pré-

-pagos, que requerem cartões de recarga — disse Ana Rita.

Segundo o autor, as campanhas não deverão gerar despesas ao consumidor. Para ele, os custos serão próximos de zero, “uma vez que as telecomunicações estão universalizadas no Brasil”. Ele informa que existem 215 milhões de

celulares em uso no país e 1 milhão de telefones públicos.

O projeto traz pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz sobre o crescimento no número de usuários de crack, estimado hoje em 1 milhão de dependentes no país. A droga está presente em 98% dos municípios brasileiros, diz o estudo.

Aprovada maior fiscalização sobre obras e serviços públicos

Proposta que passou na CCJ e deve seguir para a Câmara pode ampliar o alcance da Lei de Acesso à Informação ao determinar que, além dos órgãos públicos, as empresas contratadas mantenham na internet dados como custos e prazos

PROJETO QUE VISA assegurar maior divulgação, pela internet, das obras e serviços públicos em andamento foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se não houver recurso para votação em Plenário, a proposta seguirá para a Câmara.

O texto (PLS 289/2013), de Vital do Rêgo (PMDB-PB), determina que tanto a administração pública quanto as empresas contratadas devem divulgar informações detalhadas nos próprios sites. Deverão ser publicadas informações atualizadas sobre os cronogramas de execução e de pagamento dos serviços e obras, com dados sobre prazos e custos de cada etapa. A ideia é inserir novos dispositivos na Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) para impor a exigência.

O senador afirma que a divulga-

ção de informações sobre as obras públicas e os serviços contratados é essencial para aumentar a transparência da gestão pública. “Com acesso franqueado a esses dados, os cidadãos podem acompanhar de perto e fiscalizar diretamente a execução dos contratos celebrados”, escreve na justificativa do projeto.

As novas exigências não excluem medidas de transparência já previstas na Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011), que regulamentou o direito constitucional do cidadão às informações públicas. A lei impõe exigências apenas sobre órgãos e entidades públicos, sem se estender a contratados.

O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), ressaltou a importância do projeto diante da “crescente demanda social por

moralidade e transparência na gestão pública”.

De acordo com o senador, a possibilidade de acesso aos dados de obras e serviços contratados pela administração pública permite que os brasileiros fiscalizem diretamente a execução dos contratos.

As regras de divulgação previstas no projeto não alcançam, contudo, todo o universo das empresas contratadas pelo setor público. São excluídas da obrigatoriedade aquelas que mantenham contratos de pequeno porte, dentro do limite de dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia, hoje em R\$ 15 mil. O autor explica que a intenção é não onerar esses contratados, normalmente microempresas que não dispõem de páginas na internet.

Vanessa lamenta índices de assassinatos e de estupros

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considerou alarmantes e inaceitáveis os índices de violência no Brasil, conforme relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Segundo o estudo, foram registrados no país 53.646 mortes violentas em 2013, 1,1% a mais que em 2012.



Moireia Mariz/Agência Senado

No Brasil, uma pessoa é assassinada a cada dez minutos e ocorre um estupro a cada quatro minutos. Em 2013, as delegacias registraram um total de 50.320 estupros. O número, porém, pode ser muito maior, porque apenas 35% das vítimas denunciam o crime, seja por vergonha ou medo.

— Não podemos mais assistir de braços cruzados a tanta violência, especialmente a um dos tipos mais hediondos que é o estupro. Precisamos de investimentos no combate a esse crime e, principalmente, investimento na assistência às vítimas. Precisamos também combater a chamada cultura do estupro, em que uma das ideias principais é que as mulheres são culpadas pelo estupro — declarou.

Luiz Henrique destaca penitenciária como modelo

Luiz Henrique (PMDB-SC) elogiou ontem a estrutura da Penitenciária Industrial de Joinville (SC) e ressaltou a eficiência do local na recuperação dos presos.

O senador disse que, desde 2005, quando inaugurou a penitenciária na condição de governador de Santa Catarina, apenas 23% dos presos que deixaram o local voltaram a cometer novas infrações. Segundo ele, o índice representa menos de um terço do verificado nos outros estabelecimentos penais do país.

— Há solução, sim, para o maior câncer social do Brasil: a superpopulação carcerária, a prisão transformada em doutoramento do crime. Há um caminho e esse caminho nós traçamos em Joinville dentro de uma política de continuidade administrativa, que é uma regra que deveria ser seguida por todos.

O senador destacou também a limpeza do local, a qualidade das oficinas e cursos profissionalizantes e a pouca pressão e agressividade do ambiente.

Para Davim, desmatamento na Amazônia é inaceitável

Paulo Davim (PV-RN) qualificou os índices de desmatamento no Brasil em agosto e setembro como estonteadores e inaceitáveis. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), nesses dois meses foram devastados 1,6 mil quilômetros de florestas, um aumento de 122% em relação ao mesmo período do ano passado.



Genildo Magalhães/Agência Senado

— Um crescimento absurdo, inaceitável e exige do governo federal o aumento da fiscalização, um cuidado redobrado para que não tenhamos, nos meses subsequentes, a manutenção desse elevado índice de desmatamento na Amazônia e nas nossas reservas florestais — protestou.

De acordo com Davim, o incremento da atividade agropecuária, o aumento das vendas ilegais de madeira e o relaxamento na fiscalização da floresta, influenciado inclusive pelo período eleitoral, contribuíram para o aumento da devastação da Amazônia. Ele disse que todos devem se preocupar com esse desmatamento porque ele influencia as mudanças climáticas que afetam o país.



Regras aprovadas ontem não alcançam as empresas de pequeno porte com contratos de até R\$ 15 mil, limite para dispensa de licitação

Gleisi relata texto que adia Lei das ONGs

Foi instalada ontem a comissão mista que vai analisar a Medida Provisória (MP) 658/2014, que adia para julho de 2015 a entrada em vigor do marco legal das organizações não governamentais (Lei 13.019/2014).

O deputado Marcelo Castro (PMDB-PI) foi eleito presidente da comissão e indicou a senadora Gleisi Hoffman (PT-PR) para a função de relatora. A senadora Ana Amélia (PP-RS) é a vice-presidente do colegiado e a deputada Margarida Salomão (PT-MG), a relatora-revisora.

A medida já recebeu 59 emendas e foi enviada ao Congresso Nacional a pedido das ONGs e de órgãos governamentais que queriam mais tempo para se adequar à nova legislação, pois, de acordo com a lei original, as novas regras valeriam a partir do fim de outubro.

A MP enviada pelo governo também estabelece que parcerias entre o setor público e ONGs já em vigor — e regidas por normas anteriores ao marco legal — terão que se adaptar à lei se forem prorrogadas após julho de 2015.

A nova lei exige que as ONGs participem de processo seletivo (chamada pública) e cumpram uma série de exigências para celebrar parcerias com os governos por meio dos convênios. Entre os requisitos estão, por exemplo, a comprovada experiência no serviço a ser prestado, a ficha limpa e, pelo menos, três anos de criação. As regras pretendem evitar o favorecimento de grupos específicos e a escolha de entidades sem preparo técnico ou estrutura para o cumprimento dos projetos.

Proteção de dados pessoais será debatida

Uma audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai discutir o Projeto de Lei do Senado (PLS) 181/2014, de autoria de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais. A decisão foi tomada na reunião de ontem da comissão, ao votar projeto de

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) nesse sentido.

Ferraço considera “cada vez mais presente” a utilização de dados pessoais no dia a dia das pessoas, pelo compartilhamento de fotos, cadastro de dados pessoais para contratação de serviços e até uso de dados biométricos para marcação de ponto ou acesso a estabelecimentos. Segundo o

parlamentar, é também crescente a preocupação com uso, processamento e destinação dessas informações. O desafio do legislador seria encontrar um equilíbrio entre a proteção da privacidade e a autorização do processamento de dados privados. Segundo ele, “há consenso” entre governo e setor privado de que o texto proposto precisa ser mais bem debatido.



Senadores da Comissão de Constituição e Justiça votam o projeto que muda regra para legalizar terras na fronteira

Aprovado texto que legaliza títulos de terras na fronteira

Proposta inclui propriedades rurais de porte médio e beneficia pessoas que tinham domínio precário de títulos não confirmados. Se não houver recurso para votação no Plenário, projeto irá para a Câmara

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em turno suplementar, o projeto que considera legalizados os títulos dos proprietários de até 15 módulos fiscais situados em faixa de fronteira. Cada módulo varia de 5 a 110 hectares, de acordo com o município. A faixa de fronteira é o trecho de 150 quilômetros ao longo das fronteiras com países vizinhos. Não havendo recurso, o texto será remetido para a Câmara.

A proposta (PLC 90/2012) revoga a Lei 9.871/1999, que estabeleceu prazo de dois anos para o requerimento da ratificação ao Incra, condição para tornar o título definitivamente legalizado. Decorrido o prazo sem o pedido do interessado, ou não podendo ele preencher as exigências, o Incra ficou autorizado a cancelar o título e registrar o imóvel em nome da União.

Muitos proprietários de imóveis rurais em áreas de fronteira não preencheram

os requisitos por possuírem o domínio precário de títulos não confirmados.

O texto do projeto aprovado pela Câmara previa a ratificação por decurso de prazo. Dois anos após o requerimento, a legalização seria dada como definitiva se a União não se manifestasse sobre o pedido. No entanto, o relator do projeto na CCJ, Acir Gurgacz (PDT-RO), discordou do procedimento:

— Parece-nos medida que afronta a Constituição, que determina ser a faixa de fronteira fundamental para a defesa do território nacional, sendo sua ocupação e utilização reguladas em lei.

O substitutivo apresentado pelo relator institui uma regra geral para ratificação automática dos títulos de imóveis com até 15 módulos fiscais e estabelece algumas condições para a confirmação dos registros dos imóveis maiores.

São necessárias, por exemplo, a certificação do georreferenciamento do imóvel e a atu-

alização da inscrição dele no Sistema Nacional de Cadastro Rural. O requerimento será decidido em até dois anos pelo Incra — prazo que pode ser ampliado se for necessária diligência para a certificação do georreferenciamento. O substitutivo deixa claro que não se admitirá a legalização definitiva por decurso do prazo.

A ratificação, conforme o substitutivo, abrange registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras devolutas federais efetuadas pelos estados. Alcança também terras devolutas estaduais situadas na faixa de fronteira, alienadas sem consentimento do Conselho de Segurança Nacional (CSN). A exigência de autorização do CSN era prevista em decreto.

O texto aprovado pela CCJ condiciona à aprovação do Congresso a ratificação dos registros imobiliários de áreas com mais de 2,5 mil hectares — dispositivo já previsto no artigo 188 da Constituição.

Segundo ministro, falta verba para divulgação do Brasil no exterior

A garantia de mais recursos para campanhas de divulgação do Brasil no exterior e a ampliação do acesso de brasileiros ao turismo interno estão entre os maiores desafios do setor, afirmou o ministro do Turismo, Vinicius Lages. Eles esteve ontem numa audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Apesar dos avanços nos últimos dez anos — período em que dobrou o número de viagens domésticas e a receita com o turismo cresceu 70% —, o ministério aponta a necessidade de mais investimentos em qualificação e marketing.

— Temos muitos brasileiros que nunca viajaram. Dos 202 milhões de brasileiros, apenas 62 milhões viajaram. Temos pelo menos outros 80 milhões que podem viajar. Isso vai depender de pacotes de incentivo, da ampliação da malha aérea, da melhor conectividade — avaliou.

Para Lages, o setor tem o potencial de se equiparar à agropecuária em termos de participação no produto interno bruto (PIB). O ministro observou que, apesar de ser considerado prioritário pela presidente Dilma Rousseff, o orçamento do setor tem sofrido com recorrentes

contingenciamentos.

— Gostaria muito de ter uma emenda voltada para a qualificação turística. Gostaria muito de ter emendas estruturantes para que possamos reforçar o orçamento da Embratur. Temos ao longo do tempo uma variação muito grande do orçamento, o que limita a capacidade da Embratur de fazer a promoção devida.

Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu mudança no financiamento do ministério. Segundo ela, é preciso rediscutir a política que vê o Congresso como injetor de recursos no turismo por emendas parlamentares.

— Deveríamos evoluir com a exigência de um aumento real do orçamento do turismo.

Participaram da audiência o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Augusto Nardes, a secretária de controle externo do Desenvolvimento Econômico do TCU, Ana Paula Silva, a presidente da Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores, Cláudia Pessoa, e a presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, Oreni Campêlo. A audiência foi presidida pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).



Valadares coordena a audiência com o ministro do Turismo, Vinicius Lages

Criança deve passar por tentativa de reinserção antes de adoção

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou, ontem, projeto de lei do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para prever tentativas

de reinserção familiar da criança ou do adolescente antes da decisão definitiva de adoção (PLS 379/2012).

A proposta segue para análise da Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para exame final no Plenário

do Senado. O relator, senador João Capiberibe (PSB-AP), recomendou a aprovação.

O autor sugeriu acrescentar uma expressão a um dos dispositivos do ECA para reforçar que a adoção, devido ao caráter excepcional, só

deve ser concretizada depois de esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa e — acrescenta o projeto — “as tentativas de reinserção”.

Ele argumenta, na justifi-

cação, que identificou uma lacuna no texto da norma capaz de causar prejuízos a crianças e adolescentes ao deixar a possibilidade de a decisão de adoção ser tomada sem que tentativas de reinserção fossem feitas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Proposta de emenda à Constituição estabelece que áreas, hoje apenas da União, também poderão pertencer a estados e municípios. PEC terá mais 4 sessões de discussão

Plenário debate texto sobre terreno de marinha

TEVE INÍCIO NO Plenário a discussão em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição 53/2007, que altera as regras sobre os terrenos de marinha (faixas de terra às margens do mar e dos rios navegáveis).

A PEC entrou na pauta a pedido de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ainda são necessárias mais quatro sessões de discussão antes da votação em primeiro turno.

Pelo texto da PEC, os atuais terrenos de marinha e acrescidos (que se originaram de áreas de mangues), hoje de domínio exclusivo da União, passam a ser responsabilidade também dos estados e municípios.

Ficam sob domínio da União as áreas nas quais tenham sido construídos prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração federal, inclusive faróis. Também ficam com a União aquelas áreas destinadas ao uso de prestadores de serviços públicos concedidos ou permitidos por meio da ação federal. O mesmo valerá para



De acordo com a PEC em análise no Plenário, pessoas que vivem em terrenos de marinha terão um ano para registrar as áreas e solicitar o pleno domínio

áreas destinadas ao adestramento das Forças Armadas ou de interesse público.

Já os estados passam a ter domínio pleno das áreas em que tenham sido edificadas prédios públicos onde funcionam órgãos ou entidades da administração estadual, assim como aquelas que tenham sido destinadas ao uso de prestadores de serviço públicos concedidos e permitidos pelos respectivos estados. O mesmo

vale para os municípios.

Em substitutivo de Ferraço, a proposta assegura a legalização plena da propriedade em favor dos atuais donatários, cessionários e ocupantes foreiros e também aos simples ocupantes, ainda que não possuam contratos de aforamento ou que não estejam registrados como posseiros no patrimônio da União.

Pelo texto, eles terão prazo de até um ano depois da vigência

da emenda para registrar as áreas ocupadas e, assim, poder se habilitar ao pleno domínio.

Ferraço esclarece que esses ocupantes constituem a maior parcela da população localizada nessas áreas, normalmente com baixo nível de escolaridade e pequeno ou nenhum poder aquisitivo. Por isso, prevê que teriam dificuldades para regularizar a situação.

De acordo com a PEC, a União continuará fazendo a

identificação e a demarcação dos novos terrenos de marinha dentro de até cinco anos desde a vigência da emenda. Esgotado o prazo, por igual tempo, os municípios serão incumbidos da tarefa.

Depois disso, os terrenos que ainda não tiverem sido demarcados serão considerados áreas devolutas (terras públicas sem fim específico), para efeito de regularização fundiária em favor dos ocupantes.

Textos beneficiam idosos e pessoas com deficiência

Quatro projetos foram aprovados ontem em decisão final da Comissão de Direitos Humanos (CDH) e deverão seguir para a Câmara. Dois beneficiam pessoas com deficiência e dois tratam de questões ligadas aos idosos.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 541/2011, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), visa assegurar condições de acessibilidade às calçadas públicas por pessoas com deficiência.

O texto modifica o Estatuto da Cidade para incluir entre os deveres dos entes federativos a promoção da "melhoria dos passeios públicos e do mobiliário urbano". Também altera a Lei de Acessibilidade (Lei 10.098/2000) para incluir a definição de "passeio público" e os requisitos que eles devem atender.

Segundo o relator, Roberto Requião (PDT-PR), favorável à proposta, "embora a legislação brasileira sobre o tema encontre-se bastante desenvolvida, o projeto detalha aspectos relevantes da vida urbana".

Outro projeto (PLS 387/2009) reserva assentos a pessoas com deficiência em espetáculos, conferências, aulas e locais similares. A proposta modifica a Lei de Acessibilidade

O texto prevê que serão reservados às pessoas com



Requião é relator de projeto que visa dar condições de acessibilidade às calçadas

deficiência auditiva ou visual 5% dos assentos existentes nas três primeiras filas do estabelecimento. No projeto original, do falecido senador Eliseu Resende, eram 10%.

A relatora, Ângela Portela (PT-RR), acrescentou a previsão de que os assentos sejam liberados ao público em geral se não forem preenchidos.

Um terceiro projeto aprovado (PLC 62/2013) busca tornar mais eficientes as ações do poder público voltadas aos idosos. Como teve origem na Câmara e recebeu emendas no Senado, voltará para nova análise dos deputados.

A proposta, do deputado Rogério Carvalho (PT-SE), modifica o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) para fortalecer a participação das organizações representativas na formulação, implementação e avaliação

de políticas e programas de governo.

Para melhorar o atendimento na área da saúde, o texto recomenda a implementação da Política Nacional do Idoso e prioridade na formação específica de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Já o PLS 263/11, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), altera o Estatuto do Idoso para garantir aos maiores de 60 anos o acesso gratuito a eventos esportivos em ginásios e estádios de futebol, bem como a museus e eventos culturais custeados pelo governo federal.

Para a senadora, o direito previsto hoje em lei — desconto de 50% no valor dos ingressos — não basta para garantir aos idosos o usufruto dos bens esportivos e culturais. O relator, Paulo Paim (PT-RS), foi favorável à proposta.

Crédito para aposentados do Aerus segue para o Plenário do Congresso

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 31/2014, que abre crédito adicional especial no valor de R\$ 248,2 milhões para que o Ministério da Previdência Social cumpra recente sentença judicial favorável aos aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social. A votação dos projetos foi possível por acordo mantido entre as lideranças partidárias do colegiado.

A proposta, que recebeu parecer favorável da relatora, Ana Amélia (PP-RS), foi apoiada por todos os deputados e senadores da comissão e agora segue para apreciação do Plenário do Congresso.

Em 19 de setembro, o desembargador federal Daniel Paes Ribeiro, do Tribunal Regional da 1ª Região, proferiu sentença favorável ao Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) e à Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas da Transbrasil. Assim, a União e o Aerus ficam obrigados a manter os pagamentos de complementação de aposentadorias, pensões e auxílios-doença para todos os participantes.

Mesmo a União tendo recorrido da decisão, terá de efetuar os pagamentos, sob pena de recolher multa por atraso. A Aerus reúne aposentados e pensionistas das extintas companhias aéreas Varig, Cruzeiro e Transbrasil.

Fies

A Comissão de Orçamento aprovou também a Medida Provisória (MP) 655/2014, que destina R\$ 5,4 bilhões ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies). O fundo é um programa do Ministério da Educação que financia a graduação em faculdades particulares. Para ter acesso ao financiamento, o aluno precisa preencher alguns requisitos exigidos pelo Ministério da Educação, entre eles, renda familiar bruta de até 20 salários mínimos.

O empréstimo pode ser de 50% a 100% do valor da mensalidade. Os estudantes que acessam o Fies só começam a pagar a dívida 18 meses após o fim do curso. Só neste ano já foram destinados créditos no valor de R\$ 7,4 bilhões para o programa por meio de duas outras medidas provisórias. A MP terá de ser votada pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Prazo para emendas à LDO 2015 vai até dia 20

A Comissão de Orçamento aprovou ontem o relatório preliminar sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano. O parecer final deve ser entregue no dia 26

O RELATÓRIO PRELIMINAR da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015, apresentado pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovado ontem em reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO). De acordo com o texto, deputados e senadores terão até o dia 20 para apresentar emendas ao projeto (PLN 3/2014).

Vital adiantou que pretende entregar o relatório final no dia 26, caso a apresentação das emendas parlamentares transcorra dentro do acertado na CMO. Vital lembrou que o relatório preliminar já havia sido lido em julho e disse que é preciso oferecer ao país estabilidade institucional, jurídica, orçamentária e fiscal, a partir da elaboração final da lei orçamentária.

A votação foi possível graças a acordo mantido entre as lideranças partidárias do colegiado. Das 14 emendas

apresentadas ao relatório, o relator acolheu integralmente 4, acatou parcialmente outras 5 e rejeitou as demais. As emendas acolhidas definem como será feita a apresentação dos destaques ao relatório final da LDO.

De acordo com o relatório, cada congressista poderá apresentar até três emendas individuais para integrar o Anexo de Metas e Prioridades da proposta orçamentária de 2015. O texto também estabelece que as 15 ações de interesse nacional mais indicadas pelo conjunto dos parlamentares serão acolhidas na versão final a ser votada pela CMO.

As emendas acatadas foram apresentadas pelos senadores Cyro Miranda (PSDB-GO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) e pelos deputados Jaime Martins (PSD-MG), Jovair Arantes (PTB-GO) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).



Presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro, fala antes da votação do relatório preliminar da LDO para 2015

Plenário aprova programação monetária

O Plenário aprovou a programação monetária para o primeiro e o segundo trimestre de 2014. O PDS 148/2014, que trata do primeiro trimestre, teve Eduardo Braga (PMDB-AM) como relator. No relatório, ele informa

que a programação já havia sido aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em dezembro. Braga também relatou o PDS 149/2014, que trata do segundo trimestre. No relatório, o senador informa que a programação foi apro-

vada pelo CMN em março deste ano. Segundo ele, as projeções monetárias — inflação, crescimento econômico e saldo de contas públicas — condizem com a realidade do país. Os dois textos vão para a Câmara.

Ajuste na meta de superávit gera divergências entre senadores

O projeto do governo que ajusta a meta de superávit primário neste ano (PLN 36/2014) continuou gerando divergências ontem no Senado. O presidente da Casa, Renan Calheiros, disse que é interesse do país a aprovação do texto. O presidente do PSDB, Aécio Neves (MG), afirmou que o governo não tem autoridade moral para pedir ao Congresso que aprove a alteração. O texto foi encaminhado pelo Executivo devido ao déficit primário de R\$ 20,7 bilhões acumulado nas contas públicas até setembro.

O projeto retira da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014 o teto de abatimento da meta de superávit, originalmente estabelecida em R\$ 116,1 bilhões. A regra atual diz que o governo pode abater até R\$ 67 bilhões da meta,

com base nos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das desonerações tributárias destinadas a estimular setores da produção, principalmente o automobilístico.

— Se pudermos aprovar rapidamente, será melhor — afirmou Renan.

A mesma posição tem Romero Jucá (PMDB-RR), relator da proposta na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Jucá, que também é relator do Orçamento da União para 2015, informou ter solicitado ao ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, que envie pedido de urgência constitucional para o projeto, que praticamente dobra a capacidade do governo de obter superávit primário neste ano. O objetivo, segundo o senador, é agilizar a tramitação.



Aécio diz que a oposição pode recorrer à Justiça contra a alteração da meta

Jucá afirmou que tem condições de apresentar o parecer em 24 horas, mas, pelas regras regimentais, só poderia fazer isso depois da apresentação de emendas.

Aécio disse que a oposição estuda recorrer à Justiça contra a mudança, caso necessário.

— Eu espero que o Congresso se respeite, respeite as suas prerrogativas e impeça essa violência, que na verdade é o atestado definitivo de fracasso na condução da política econômica — criticou o senador.

Para Aécio, não é possível aceitar que a incapacidade do governo tenha como consequência a alteração da lei. O senador lembrou que, durante a campanha eleitoral, os governistas afirmavam que a meta seria cumprida. Ele disse que o não cumprimento é resultado do comportamento perdulário do governo.

Secretário do Tesouro

O presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), determinou ontem que a secretaria da comissão entre em contato com o secretário do Tesouro Nacional, Arno

Augustin, para agendar uma audiência pública o mais rápido possível.

Devanir respondeu questão de ordem do deputado Izalci (PSDB-DF), que exigiu a presença do secretário para falar sobre o cumprimento das metas fiscais pelo governo federal.

Izalci explicou que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu que o secretário do Tesouro tem de comparecer ao Congresso periodicamente para falar sobre o cumprimento das metas, por quadrimestre. Segundo o deputado, a última vez que Augustin falou sobre o assunto na CMO foi em julho de 2012, quando explanou acerca do 2º e do 3º quadrimestres de 2011.

— Quadrimestres de 2012, 2013 e 2014 estão pendentes de explanação perante este Plenário — disse Izalci.

Ana Amélia critica governo por des controle das contas

Ana Amélia (PP-RS) lamentou que o governo não tenha cumprido a meta do superávit fiscal que ele mesmo fixou e agora encaminhe ao Congresso Nacional um projeto para flexibilizar as regras (PLN 36/2014). Segundo ela, isso evidencia a falta de rumo e de planejamento do Executivo, que, sem controlar as contas públicas, ameaça a meta da inflação, traz desconfiança aos investidores e afeta a execução de programas prioritários. A avaliação negativa, disse Ana Amélia, é feita inclusive por pessoas que integram o governo.

— Sem contas públicas em ordem, não há saúde, nem educação, nem Previdência Social, nem segurança, nem infraestrutura. Voltaremos a um passado de inflação e talvez de pobreza — alertou a senadora.



Moreira Matiz/Agência Senado

Humberto Costa defende flexibilização da meta

O líder do PT, Humberto Costa (PE), defendeu ontem, em Plenário, a aprovação do projeto de lei que o Poder Executivo enviou ao Congresso alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014.

— O Brasil precisa rever alguns conceitos no que se refere à política fiscal e tornar a meta de superávit primário mais flexível — defendeu.

O senador defendeu que a meta do superávit primário, que é a economia que o governo faz para o pagamento dos juros da dívida pública, foi uma imposição da realidade econômica de uma época de fragilidade fiscal, mas que hoje a realidade é outra.

— Me parece uma tremenda incoerência que nós pisemos no freio em vez de acelerarmos, que nós economizemos para pagar juros em vez de investirmos responsabilmente com olhos na retomada do crescimento — argumentou.

Wellington Dias espera que Congresso aprove revisão

Wellington Dias (PT-PI) disse esperar que o Congresso aprove a proposta da presidente Dilma de revisão da meta de superávit primário. Ele afirmou que a medida é benéfica porque assegura a execução de obras fundamentais, que poderiam ser prejudicadas por cortes orçamentários.

O senador disse ainda que o aumento da taxa de juros foi necessário para reduzir a inflação, mas lamentou que a elevação cause redução nos investimentos públicos.

— Eu estou aqui convencido de que a presidente Dilma toma uma medida acertada (e eu lamento que muitos utilizem isso com um olhar apenas eleitoral) e que possamos aqui, com essa revisão, garantir interesses maiores da população.



Jefferson Rotty/Agência Senado